

Clícia Rosanne Souza Clementino

Eu Não Quero Ser Mãe, Assim Como Muitas Mulheres

Natal-RN

2021

Clícia Rosanne Souza Clementino

Eu Não Quero Ser Mãe, Assim Como Muitas Mulheres

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Demografia.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET

Programa de Pós-Graduação em Demografia – PPgDem

Orientador: Prof. Dr. Moisés Alberto Calle Aguirre

Coorientador: Profa. Dra. Gabriela Marise de Oliveira Bonifácio

Natal-RN

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Central Zila Mamede

Clementino, Clícia Rosanne Souza.

Eu não quero ser mãe, assim como muitas mulheres / Clícia Rosanne Souza Clementino. - 2021.

49f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Programa de Pós graduação em Demografia, Natal, 2021.

Orientador: Dr. Moisés Alberto Calle Aguirre.

Coorientadora: Dra. Gabriela Marise de Oliveira Bonifácio.

1. Não maternidade - Dissertação. 2. Mulheres em idade reprodutiva - Dissertação. 3. Gênero - Dissertação. I. Aguirre, Moisés Alberto Calle. II. Bonifácio, Gabriela Marise de Oliveira. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 314

Dissertação de Mestrado sob o título *Eu Não Quero Ser Mãe, Assim Como Muitas Mulheres* apresentada por **Clícia Rosanne Souza Clementino** e aceita pelo Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo aprovada por todos os membros da banca examinadora abaixo especificada:

Prof. Dr. Moisés Alberto Calle Aguirre
Presidente

CCET – Centro de Ciências Exatas e da Terra
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do
Norte

Profa. Dra. Gabriela Marise de Oliveira
Bonifácio

Examinador interno
CCET – Centro de Ciências Exatas e da Terra
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do
Norte

Prof. Dr. Weber Soares
Examinador externo a instituição

IGC – Instituto de Geociências
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Jordana Cristina de Jesus
Examinador interno

CCET – Centro de Ciências Exatas e da Terra
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do
Norte

Clícia Rosanne Souza Clementino

Eu Não Quero Ser Mãe, Assim Como Muitas Mulheres

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Demografia.

Trabalho aprovado. Natal-RN, 23 de Setembro de 2021:

**Prof. Dr. Moisés Alberto Calle
Aguirre**
Orientador

**Profa. Dra. Gabriela Marise de
Oliveira Bonifácio**
Examinador

Prof. Dr. Weber Soares
Examinador externo a instituição

Profa. Dra. Jordana Cristina de Jesus
Examinador

Natal-RN
2021

À minha família.

Agradecimentos

A Deus, meu pai celestial pelo dom da vida, e por me ajudar a suportar todas as dificuldades que surgiram no caminho, fazendo com que me sentisse acolhida e tendo a certeza que não estava sozinha.

Aos meus pais, por desde cedo me ensinarem que a educação é a única herança que eles poderiam deixar para mim, em especial a minha mãe, que sempre batalhou para que eu pudesse estudar, mesmo com todas as dificuldades financeiras de criar quatro filhos.

Aos meus irmãos, que sempre me incentivaram e acreditaram em mim, e vibravam por cada conquista alcançada.

Aos meus amados sobrinhos, que tornaram a jornada tão mais leve, com a pureza de suas presenças na minha vida, tornando tudo tão mais simples.

Aos meus amigos, que vibraram comigo quando entrei para o mestrado e acreditaram que eu conseguiria, aos novos amigos que encontrei no meio dessa jornada.

A minha amiga Ruana, que me apresentou a Demografia e me “converteu” a essa área tão dinâmica e desafiadora. Aos amigos da coorte 2017, que receberam a nossa coorte tão bem e de forma tão generosa.

A minha coorte 2018, que esteve unida nos momentos de maior sufoco e alegria, seja na véspera de uma prova de Demografia, ou na hora do lanche da aula de Moisés, Karenine, Fredna, Aline, Cinthyonara, Priscila, Paulo, Ythalo, Joselito.

Aos mestres, que tanto tem a oferecer, e com tanta disponibilidade estiveram acessíveis as dúvidas e questionamentos, Marcos, Luciana, Cristiane, Luana, Vilton, Ojima, Karina, Flávio, Jordana, Jarvis.

Ao meu orientador Moisés, por sempre me fazer pensar e entender o meu tema de pesquisa e fazer com que cada vez mais eu me identificasse e me encantasse pelo tema.

A minha querida coorientadora Gabriela, por toda a paciência e dedicação, por me aconselhar, acolher e incentivar nos momentos de maior dificuldade, obrigada por aceitar meu pedido de orientação e ter abraçado meu tema e a mim com tanto amor.

A todas as pessoas que me ajudaram nesse percurso tão difícil, mas ao mesmo tempo tão prazeroso, a todos os que me incentivaram e todos os que em algum momento duvidaram de mim, vocês me impulsionaram a não desistir e persistir mesmo com todas as dificuldades.

Esta dissertação é desenvolvida no âmbito do Projeto “Regime demográfico, padrões da fecundidade e redes sociais pessoais na Região Metropolitana de Natal” com apoio do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Não se nasce mulher: torna-se.

Simone de Beauvoir

Eu Não Quero Ser Mãe, Assim Como Muitas Mulheres

Autor: Clícia Rosanne Souza Clementino

Orientador: Prof. Dr. Moisés Alberto Calle Aguirre

Resumo

Espera-se que a ausência de filhos aumente no futuro entre as brasileiras. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) ([Ministério da Saúde, 2009](#)), o número de mulheres brasileiras que permaneceram sem filhos vem aumentando no Brasil em quase todos os grupos etários. Dentre as mulheres que não têm filhos existem aquelas que são voluntariamente sem filhos, ou seja, mulheres que não querem ter filhos por escolha, sem reportar limitação biológica. Nesse contexto, o seguinte trabalho tem como objetivo analisar características econômicas, demográficas e de gênero associados à não maternidade voluntária no Brasil. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) para o ano de 2006. A metodologia consiste em uma análise descritiva, com fins de identificar as principais características econômicas, demográficas e as relações de gênero das mulheres que não querem ter filhos, e se existe predominância das mulheres que não querem ter filhos em grupos específicos da sociedade, e um modelo de regressão logística binária, a fim de entender a influência de tais características na decisão de ter ou não filhos. Idade, escolaridade, renda e o desejo reprodutivo do companheiro se mostraram significativas para as mulheres que não desejam ter filhos. Sendo assim, diante do aumento do número de mulheres que não querem ter filhos e dos níveis de fecundidade cada vez menores e com tendência de queda, torna-se essencial entender o contexto e as preferências reprodutivas das mulheres que não querem ter filhos.

Palavras-chave: Não maternidade; Mulheres em idade reprodutiva; Gênero.

I Don't Want To Be a Mother, Just Like Many Women

Author: Clícia Rosanne Souza Clementino

Supervisor: Prof. Dr. Moisés Alberto Calle Aguirre

Abstract

It is expected that the absence of children will increase in the future among Brazilian women. According to data from the National Demography and Health Survey ([Ministério da Saúde, 2009](#)), the number of Brazilian women who remained childless has been increasing in Brazil in almost all age groups. Among women who do not have children there are those who are voluntarily childless, that is, women who do not want to have children by choice, without reporting biological limitations. In this context, the following work aims to analyze economic, demographic and gender characteristics associated with voluntary non-maternity in Brazil. For the development of the work, data from the National Demography and Health Survey (PNDS) for 2006 were used. The methodology consists of a descriptive analysis, in order to identify the main economic, demographic and gender relations of women who do not want to have children, and whether there is a predominance of women who do not want to have children in specific groups in society, and a binary logistic regression model, in order to understand the influence of such characteristics on the decision to have children or not. Age, education, income and the partner's reproductive desire were significant for women who do not wish to have children. Therefore, in view of the increase in the number of women who do not want to have children and the declining fertility levels that are falling and falling, it is essential to understand the reproductive context and preferences of women who do not want to have children.

Keywords: Non-maternity; Women of reproductive age; Genre.

Lista de tabelas

Tabela 1 – Posse e quantidade de itens no domicílio e pontos associado, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa- ABEP 2008	27
Tabela 2 – Grau de instrução do chefe de família, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP 2008. Grau de Instrução do chefe de família Pontuação segundo o Critério Brasil	27
Tabela 3 – Classificação das classes econômicas segundo o critério, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP 2008.	28
Tabela 4 – Resumo das variáveis selecionadas	31
Tabela 5 – Regressão logística estimada para desejo por filhos, segundo variáveis sócio-demográficas selecionadas. Mulheres de 15-49 anos. Brasil, 2006.	32
Tabela 6 – Regressão logística estimada para o modelo 1, segundo variáveis estatisticamente significativas	33
Tabela 7 – Variáveis independentes demográficas do 2 modelo, avaliação dos efeitos globais do modelo de regressão logística binária	34
Tabela 8 – Frequências absolutas e relativas de cada classe social incluída nos modelos 1 e 2	34
Tabela 9 – Regressão logística estimada para o modelo 2, segundo variáveis estatisticamente significativas.	35
Tabela 10 – Modelo 3 de regressão logística binária. Avaliação dos efeitos globais do modelo	36
Tabela 11 – Modelo 3 de regressão logística binária. Coeficientes e razões de chances	36
Tabela 12 – Modelo 4 de regressão logística binária. Avaliação dos efeitos globais do modelo.	37
Tabela 13 – Modelo 4 de regressão logística binária. Coeficientes e razões de chances	38
Tabela 14 – Percentuais quanto ao desejo reprodutivo da mulher em relação as variáveis independentes	39
Tabela 15 – Média do desejo reprodutivo da mulher em relação as variáveis independentes	40

Sumário

	Capítulo 1	13
1	INTRODUÇÃO	13
	Capítulo 2	15
2	NÃO MATERNIDADE VOLUNTÁRIA: UMA REVISÃO DA LITE- RATURA	16
2.1	Não maternidade voluntária e involuntária	16
2.2	O que está por trás da decisão de não querer ter filhos	18
2.3	O estigma da não maternidade	20
2.4	Relações de gênero e não maternidade voluntária	21
	Capítulo 3	23
3	METODOLOGIA	24
3.1	A base de Dados	24
3.2	População em Estudo	25
3.3	Variáveis Seleccionadas	25
3.3.1	Variáveis Demográficas	25
3.3.2	Variáveis Econômicas	26
3.3.3	Variáveis de Gênero	28
3.4	Método Estatístico	29
3.5	Análise Estatística	29
	Capítulo 4	30
4	RESULTADOS	32
4.1	Modelo 1	32
4.2	Modelo 2	33
4.3	Modelo 3	35
4.4	Modelo 4	37
	Capítulo 5	40
5	CONCLUSÃO	41

REFERÊNCIAS 43

1 Introdução

No Brasil, tem crescido o número de mulheres que não desejam vivenciar a maternidade, conquanto ainda seja um fenômeno pouco estudado. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006, o percentual de mulheres brasileiras com idade de 30 anos ou mais, que ainda não tinha tido filhos até a data da pesquisa, era em torno de 9% em 1996 e próximo de 12% em 2006. O número de mulheres que se posicionam por não querer viver essa experiência mostra que as brasileiras estão cada vez mais diminuindo o número de filhos, ou deixando de ter filhos. Mesmo diante da mudança de pensamento em que muitas mulheres se impõem a não querer ter filhos, muitas mulheres ainda se sentem cobradas pela sociedade para que tenham filhos, mesmo que esse não seja o seu desejo. No Brasil, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano 2000, cerca 14% dos casais brasileiros não tinham filhos, esse percentual cresceu para 20% no ano de 2010. Ainda de acordo com o IBGE, em 2010, cerca de 14% das mulheres não tinham planos de engravidar, um aumento de 4% em relação a pesquisa anterior, conforme dados do censo demográfico (IBGE, 2012). Ainda segundo a pesquisa, as mulheres com mais instrução estariam adiando a maternidade para depois dos 30 anos (IBGE, 2012).

A maior disseminação da pílula anticoncepcional e de outros métodos contraceptivos permitiu que um maior número de mulheres pudesse ter controle sobre a sua reprodução podendo decidir se quer ter filhos ou não, e quando tê-los. Segundo Meira (2010), o papel da maternidade como um destino inevitável da mulher vem sendo questionada na atualidade, o que corrobora com o número crescente de mulheres que se posicionam por não querer viver essa experiência e ir contra uma das normas sociais mais difundidas e aceitas na identidade feminina. Gillespie (2003), afirma que o papel da mulher e a identidade feminina foram historicamente construídos em função da maternidade, no entanto, em um contexto de um crescente número de mulheres que se negam a ter filhos, entender a identidade feminina sem uma associação com a maternidade torna-se necessária. Estudos acerca da ausência voluntária de filhos começaram a surgir em diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia (RITCHEY; STOKES, 1974; VEEVERS, 1973), a Psicologia (HOUSEKNECHT, 1987), e a Economia (MARCIANO, 2004). Em geral, esses estudos concentraram-se nas questões individuais e tentavam explicar os motivos por detrás da opção voluntária pela não maternidade, como a crescente participação feminina no mercado de trabalho e aumento no poder de decisão da mulher sobre as escolhas reprodutivas. No Brasil, a temática da não maternidade vem ganhando maior atenção na literatura e nas mídias sociais, o tema que por tanto tempo foi tratado como tabu, ganhou maior visibilidade, dado o aumento no número de mulheres que tem se posicionado em não

querer viver essa experiência, Poder escolher não ter filhos sem precisar explicar os motivos ainda é um grande desafio para as mulheres que não desejam ser mães, o que não ocorre quando uma mulher tem um filho, por exemplo. Apesar de haver algumas discussões sobre o tema, a escolha voluntária pela não maternidade ainda é pouco abordada na temática da saúde sexual e reprodutiva no Brasil. A escolha de se trabalhar com mulheres que não querem ter filhos se deu por se tratar de um tema pouco abordado na literatura. Ainda assim, busca mostrar as muitas vertentes que estão por detrás da decisão de não querer ter filhos como, por exemplo, as relações de gênero e a busca por realizações pessoais.

A não maternidade voluntária é um termo utilizado para definir as mulheres que não querem ter filhos por escolha própria, que não desejam ser mães. Na sociedade atual, a liberdade de decidir sobre a reprodução e ter maior controle sobre o próprio corpo tem aberto a discussão para um tema tão pertinente e atual. O entendimento de que embora a gestação e o parto sejam heranças biologicamente definidas, exercer ou não a maternidade trata-se de um aprendizado social e uma escolha (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007). Nem todas as mulheres tem esse instinto, diferentemente do que sempre foi idealizada, a maternidade não é um fenômeno de interesse e inerente a todas as mulheres, muitas não desejam exercer esse papel que por vezes é imposto como destino obrigatório e necessário para realização como mulher.

Nesse sentido, o seguinte trabalho busca investigar a não maternidade voluntária no Brasil em um cenário de aumento do número de mulheres que não querem ter filhos e declínio das taxas de fecundidade. O objetivo aqui proposto é, portanto, identificar as principais características socioeconômicas, demográficas e de gênero associadas a não maternidade entre as mulheres brasileiras na faixa etária de 30 a 49 anos que não reportaram limitação biológica como motivo para não ter tido filhos.

Para tal, realizou-se uma análise descritiva das principais características econômicas, demográficas e de gênero, das mulheres que decidiram, voluntariamente, pela nuliparidade no Brasil. Dentre as características econômicas, citam-se a renda e realização de trabalho remunerado, além das atividades domésticas, como variáveis de análise. No que concerne às características demográficas, têm-se a situação de domicílio, escolaridade e situação marital da mulher, e as relações de gênero abordam a decisão do uso dinheiro que a mulher ganha, a escolha do número de filhos, quanto ao método contraceptivo e sobre planejamento familiar. Adicionalmente à análise descritiva mencionada, esse estudo é composto de uma modelagem estatística – regressão logística – visando entender o efeito dessas características mencionadas na decisão da mulher em não ter filho, no Brasil, em 2006.

Para tal, serão utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) para o ano de 2006, que corresponde à versão mais recente da pesquisa. A escolha de se utilizar as informações da PNDS se dá por conter informações acerca do tema da fecundidade e saúde sexual e reprodutiva que não contem nas demais pesquisas realizadas

no país.

Sendo assim, pretende-se responder a seguinte pergunta: Quais são as características econômicas, demográficas e de gênero das mulheres que não desejam ter filhos no Brasil?

Uma hipótese que guia esse trabalho é de que embora a não maternidade voluntária seja um fenômeno que vem crescendo no Brasil, as mulheres voluntariamente sem filhos estão segmentadas em diferentes contextos econômicos e sociais das que tem filhos. Isso quer dizer que, a depender do contexto ao qual a mulher pertença, e as características que apresente a probabilidade de não ter filhos pode ser maior ou menor.

A escolha de se trabalhar com mulheres na faixa etária de 30 a 49 anos permite analisar mulheres que estão chegando ao final do período reprodutivo, e seguindo a definição da PNDS que considerada a idade de 30 anos como marco de adiamento da maternidade, dessa forma, torna-se mais coerente trabalhar com mulheres mais velhas do que com mulheres que estão no iniciando o período reprodutivo.

Além da introdução, a dissertação conta com mais quatro tópicos. Sendo o segundo tópico uma breve discussão da literatura acerca da não maternidade voluntária. O terceiro tópico aborda a metodologia aplicada, apresentando a fonte de dados, a seleção das variáveis escolhidas para a análise, a operacionalização dos dados e o modelo estatístico de regressão logística. No quarto tópico são apresentados os principais resultados e discussões. O quinto e último tópico conta com a conclusão da dissertação.

2 Não Maternidade Voluntária: Uma Revisão da Literatura

2.1 Não maternidade voluntária e involuntária

A não maternidade, segundo [Rios e Gomes \(2009\)](#), é um fenômeno ocidental que tem crescido em muitos países no mundo, entretanto, para as autoras, existem algumas dificuldades em investigar essa escolha devido à dificuldade em distinguir a ausência voluntária e involuntária.

O fenômeno da não maternidade pode abarcar duas situações completamente distintas: A ausência voluntária e involuntária de filhos. A não maternidade voluntária caracteriza uma escolha, um compromisso e uma permanência em relação à decisão de não ter filhos ([HOUSEKNECHT, 1987](#); [PARK, 2002](#)). As mulheres são classificadas como voluntariamente sem filhos se elas não pretendem ter filhos e preferem a vida sem filhos ([VEEVERS, 1973](#)). Em se tratando da ausência voluntária de filhos, a definição aqui abordada corresponde às mulheres que indicaram que nunca tiveram filhos porque não queriam, ou que “queriam estudar/ter profissão” ou “queriam aproveitar a vida” como a razão para não terem se tornado mães. Segundo a teoria da segunda transição demográfica ([LESTHAEGHE, 2014](#)), o desenvolvimento econômico leva as pessoas a se preocuparem com necessidades de ordem superior, como a autorrealização. Uma vez que as necessidades materiais estejam supridas, a busca por realização educacional e profissional seriam características que as mulheres que não querem ter filhos buscam alcançar ([SIMÃO; COUTINHO; GUEDES, 2020](#)). Ainda no que diz respeito à ausência voluntária, [Veevers \(1973\)](#) sugere que existem dois tipos de perfis para as mulheres que tomam a decisão de não ter filhos: o primeiro tipo seriam as mulheres que tomam a decisão precocemente (podendo ser denominadas de articuladoras precoces), mesmo antes de entrar em uma união, e o outro tipo refere-se às mulheres que decidem por não ter filhos após a união (ou as posteriores), por meio de uma série de adiamentos da maternidade. O mesmo autor ainda sugere que entre os voluntariamente sem filhos existem: os “repudiantes” que observam as desvantagens de ter filhos, sendo essa a principal motivação e são altamente comprometidos em não ter filhos, e os “aficionados” que gostam de crianças, entretanto o estilo de vida que levam não é compatível com a presença de crianças. O termo “voluntariamente sem filhos”, expressa um conceito que pode abarcar diversas razões que podem ser diretamente influenciadas por dimensões psíquicas, sociais, culturais, econômicas, que atingem de modo diferenciado a vida das mulheres e acabam afetando a decisão sobre maternidade. Ademais, as diversas causas que estão por detrás da opção por não ter filhos, podem mascarar os fatores que não estão necessariamente relacionados ao desejo pela não maternidade.

É o caso, por exemplo, de indivíduos que, por motivos biológicos (infertilidade, mais precisamente), são incapazes de ter filhos, mas afirmam não desejar a maternidade.

Quando se trata da ausência involuntária de filhos, muitas vezes abordada apenas como incapacidade biológica de reprodução, sabe-se, entretanto que não se trata apenas disso. Há mulheres que, embora queiram ter filhos, acabam adiando ou deixando de tê-los de forma definitiva, por alguns motivos alheios à sua vontade, como por exemplo, a ausência de um companheiro. Desse modo, a ausência involuntária pode ser decorrente do adiamento por um determinado tempo, e por fim tornou-se incapacidade biológica. Nesses casos, a ausência involuntária de filhos pode ter decorrido de uma ausência voluntária até aquele momento (MIETTINEN et al., 2015). Embora, por vezes, haja a separação entre mulheres que vivenciam a maternidade e aquelas que não a experimentam ser mulher transcende essa experiência de vida. A identidade feminina depende de como ser mulher é visto pela sociedade e como essa visão pode afetar as mulheres ao longo da vida e nas decisões de serem mães ou não. O significado de ser mãe, tanto para a mulher que optou por ser mãe quanto para a mulher que decidiu não ser, pode ser ressignificado ao longo da vida, levando em consideração que esse processo é inerente ao desenvolvimento humano (ABBEY; VALSINER, 2005).

Embora seja difícil encontrar teorias que expliquem de forma coesa e detalhada a não maternidade, a literatura fornece diversos determinantes do comportamento da fecundidade que podem ajudar a compreender esse fenômeno. Algumas explicações decorrentes de valores pós-materialistas, preferências reprodutivas, perspectivas econômicas e de gênero podem fornecer informações acerca desse fenômeno (LESTHAEGHE, 2014; HAKIM, 2001; BECKER; BARRO, 1988; MCDONALD, 2000; TANTURRI; MENCARINI, 2008). É possível retirar dos estudos sobre fecundidade, argumentos que são aplicáveis para explicar o surgimento, e difusão pela não maternidade. Um exemplo seria a Teoria de preferência. Essa teoria entende que, o comportamento da fecundidade pode ser definido por valores pessoais e preferências individuais. De acordo com a teoria, as mulheres fazem suas escolhas baseadas em um determinado estilo de vida, quer seja centrado no trabalho, em casa ou aquele que combine ambos (HAKIM, 2001). As mulheres são adaptáveis à medida que suas preferências respondem às pressões políticas e sociais. O estabelecimento da mulher no mercado de trabalho e na construção da carreira profissional tem ocupado um papel primordial na vida da mulher moderna, sendo a dualidade entre escolher entre maternidade e carreira uma das motivações do adiamento da maternidade ou a escolha de não ter filhos (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Para Tanturri e Mencarini (2008), maiores aspirações individuais e o enfraquecimento das normas sociais e morais tradicionais, tendem a fornecer mecanismos que auxiliam as mulheres em direção a desejos que realmente as interessam, quer sejam, adiamento da maternidade ou a sua negação. O desejo por alcançar objetivos profissionais,

educacionais, muitas vezes, torna-se incompatível com a maternidade e as responsabilidades que a acompanham. Nesse sentido, a maternidade deixa de ser uma obrigação para a mulher, e tem se tornado uma decisão que pode ser deixada em segundo plano, levando as mulheres cada vez mais adiar a maternidade para depois de alcançar os objetivos pessoais ou simplesmente decidir não ter filhos.

As experiências de curso de vida também parecem afetar a escolha por não ter filhos como, por exemplo, ser filho único, permanecer solteiro ou casar tarde, ou ter experimentado ruptura conjugal. Esses fatores são considerados como importantes para aumentar as chances de permanecer sem filhos (KIERNAN, 1989; BLOOM; PEBLEY, 1982; ABMA; MARTINEZ, 2002; MURPHY; WANG, 2001; MENCARINI; TANTURRI, 2006). Em estudo realizado no Reino Unido, Berrington, Perelli-Harris e Trevena (2015) constatam que as mulheres nascidas em 1970, ou seja, que estavam no final do período reprodutivo, mencionaram que as duas principais razões para não querer ter filhos eram: i) Nunca quiseram ter filhos; ii) Nunca encontraram parceiro certo. Nesse mesmo sentido, o estudo de Kreyenfeld e Konietzka (2017) mostra que a situação marital tem se mostrado significativa em relação à ausência de filhos, seja na instabilidade dos relacionamentos, em que a mulher não sente segurança no relacionamento para decidir ter um filho, ou mesmo na ausência de um parceiro.

De acordo com Gillespie (2003), em contraste com a visão tradicional que se tem da maternidade como sinônimo de feminilidade, para muitas mulheres a maternidade seria um fardo e não uma satisfação em suas vidas, que resulta em perda da identidade. Ainda segundo a autora, esse resultado confirma que a maternidade e feminilidade estão sendo desagregados, e que as mulheres podem se sentir realizadas mesmo que não exerçam a maternidade.

2.2 O que está por trás da decisão de não querer ter filhos

Estudos voltados para as preferências reprodutivas buscam entender as causas que estão por detrás da decisão de ter ou não filhos. Morgan e Taylor (2006), por exemplo, discutem diante do cenário de níveis de fecundidade cada vez menores, ser essencial entender o contexto e o que está por detrás das preferências reprodutivas das mulheres que não querem ter filhos. Para Sobotka (2002), grande parte dos aspectos sociais, econômicos e culturais da segunda metade do século XX parece afastar as mulheres de terem filhos.

A temática da não maternidade tem chamado à atenção de pesquisas brasileiras, como, por exemplo, o estudo de Leocádio (2018), que buscou entender o comportamento *childlessness*¹ no Brasil, relacionando as mudanças demográficas com a tendência de zero filho no Brasil. Os resultados obtidos por Leocádio mostraram que dentre as mulheres

¹ Tradução do inglês-Sem filhos é o estado de não ter filhos

sem filhos, predominam as pretas, que nunca viveram com cônjuge, com ensino superior completo, que não tem religião, e que residem na região sudeste e nas áreas rurais. Além desse estudo, o trabalho de [Fujiwara \(2018\)](#), que estudou as mulheres sem filhos analisando as características socioeconômicas e demográficas, razões e repercussões, usando os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006) e do Censo Demográfico (2010). O estudo mostrou que as características socioeconômicas e demográficas que mais se relacionaram a ausência de filhos foram escolaridade, renda e situação marital. O aumento da escolaridade feminina influencia no aumento do número de mulheres sem filhos no período de maior queda da fecundidade.

Nesse mesmo sentido, o estudo de [Cavenaghi e Alves \(2013\)](#), analisou as tendências de ausências de filhos no Brasil por meio de aspectos socioeconômicos e diferenças regionais, com base nos dados do Censo Demográfico (2010), que mostra que os arranjos domiciliares no Brasil estão cada vez mais diversificados e com um número menor de integrantes. Muito embora a população mundial continue crescendo, se espera que com as preferências e motivações individuais nas escolhas reprodutivas, a ausência voluntária de filhos se torne um fenômeno crescente ([TANTURRI; MENCARINI, 2008](#); [HAKIM, 2001](#)). Uma das explicações sobre esse fenômeno se dá pelo aumento do número de mulheres sem filhos em idades mais avançadas, que pode ser resultado principalmente do adiamento da maternidade ([SOBOTKA, 2002](#)). Adiar a maternidade tem sido uma estratégia que possibilita às mulheres progredir no ensino superior, se estabilizar no mercado de trabalho, acumular recursos e desfrutar de atividades que se tornam incompatíveis com a vida familiar e a criação de filhos ([BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007](#)). Entretanto, adiar o nascimento do primeiro filho além de reduzir os níveis de fecundidade dado o efeito tempo e quantum, contribui significativamente para aumentar o número de mulheres que chegam ao final do período reprodutivo sem filhos ([MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA; FARIA, 2019](#)).

Na literatura internacional, muitos estudos buscaram investigar as causas que levam as mulheres a optarem por não ter filhos e qual o perfil dessas pessoas. Como exemplo, o estudo de [Tanturri e Mencarini \(2008\)](#), que investigou o perfil das mulheres sem filhos entre 40 e 44 anos, em cinco cidades da Itália. Os resultados mostraram que, em comparação com as mulheres que são mães, as mulheres sem filhos são menos religiosas e vêm de famílias menores, além de ter estado em coabitação não conjugal pelo menos uma vez na vida e ter entrado em sua primeira união mais tarde.

Analogamente, [Rowland \(2007\)](#), investigou fatores que poderiam estar relacionados a não maternidade na Austrália, especialmente tendências no casamento e tendências na formação de família como, por exemplo, idade mediana do primeiro casamento, idade mediana do primeiro nascimento e tamanho médio da família. O trabalho fornece um cenário comparativo para discutir sobre a ausência de filhos e as implicações na vida

adulta. Gillespie (2003), por sua vez, estudou as causas da não maternidade voluntária nos Estados Unidos, propondo uma discussão teórica com fins de compreender e contextualizar o aumento do número de mulheres que não querem ter filhos. O estudo vem mostrar como a identidade feminina vem se desvencilhando do papel de mãe, e como as mulheres percebem as vantagens e desvantagens da maternidade e as atividades associadas a ela. Na Inglaterra, Belcher (2016) investigou as mulheres que escolhem permanecer sem filhos e aquelas que optam por ser mães, mostrando que a ausência de filhos é uma tendência demográfica que afeta principalmente as regiões ocidentais desenvolvidas. Em estudo sobre adultos maduros que não tiveram filhos usando dados de 2004, Kohli e Albertini (2009), observaram que esses adultos estabelecem relações muito estreitas com parentes próximos, além de investirem em redes sociais que vão além da família, como atividades voluntárias e de caridade e são mais assíduos do que pessoas que têm filhos.

Em geral, alguns estudos apontam a priorização da carreira, classe social, questões econômicas (BECKER; BARRO, 1988), modernização dos métodos contraceptivos, maior acesso à informações, principalmente por meio da internet (BERTELONI; CESTARI; SODRÉ, 2020), e as relações de gênero (LESTHAEGHE, 2014), como importantes determinantes para a decisão de não querer ter filhos, fatores esses que tem contribuído para o aumento do número de mulheres que se negam à maternidade.

2.3 O estigma da não maternidade

A temática da não maternidade, abarcada pela literatura, por vezes associa o papel das mulheres sem filhos como egoístas, independentemente de como elas se imaginam sobre a sua identidade ou quão confortável se encontram com a sua escolha (GILLESPIE, 2003; LETHERBY, 2002; SHAW, 2011). A concepção da mulher como sinônimo de mãe, tem tornado a decisão voluntária pela não maternidade um comportamento desviante do que é socialmente esperado e aceito, sendo as mulheres que rejeitam esse papel considerado, muitas vezes, como imaturas e egoístas (SOMERS, 1993; MOLLEN, 2006).

As mulheres que fazem a escolha de não querer ter filhos, têm que lidar com as pressões e estereótipos impostos pela sociedade para justificar ou alterar sua decisão (PARK, 2002). Quando a mulher vai contra as expectativas sociais, são acometidas por sentimentos que geram conflitos internos (BONINI-VIEIRA, 1997). Desconstruindo a representação da maternidade como um instinto inato a todas as mulheres, o que vem sendo discutido atualmente na sociedade versa sobre o estigma ou rótulos que rondam as mulheres que não tem o desejo pela maternidade. Tal como coloca Badinter (2011), em sua crítica à maternidade nos dias atuais:

A maternidade e as virtudes que ela pressupõe não são evidentes. Nem atualmente, nem no passado, quando ela era um destino obrigatório.

O optar por ser mãe não garante como inicialmente se acreditou uma melhor maternidade. Não apenas porque a liberdade de escolha talvez seja um embuste, mas também porque ela aumenta consideravelmente o peso das responsabilidades em um tempo em que o individualismo e a paixão por si nunca foram tão poderosos (BADINTER, 2011, p. 24–25).

Segundo Badinter (1985, p. 21), o amor materno é apenas um sentimento como outro qualquer, sendo esse incerto, frágil e imperfeito. Nesse sentido, contraria a crença generalizada de que este amor faz parte da natureza feminina e que toda mulher é feita para ser mãe e toda e qualquer exceção a esse comportamento seria uma anormalidade. De toda forma, o amor materno sempre foi pensado como um sentimento instintivo, inerente a todas as mulheres. Entretanto, na atualidade, o papel de mãe tem se modificado, sendo assim, a maternidade deriva de um comportamento social que se ajusta ao contexto histórico.

A escolha de não ter, e permanecer sem filhos, é uma decisão que pode ser acompanhada por uma reação negativa da sociedade (BAUM; COPE, 1980). As mulheres que optam por não ter filhos nem sempre vivem uma vida sem a presença de crianças, pois podem vir a conviver com enteados, sobrinhos, por exemplo. Além disso, ter filhos não garante que a mulher terá apoio e cuidado na maturidade, bem como não os ter seja sinônimo de solidão, como se imagina a mulher que não tem filhos, principalmente quando mais velha (LEATHERBY, 2002). De acordo com Badinter (1985), até meados da década de 1970, casamento e procriação faziam parte do roteiro “normal” da vida. A partir do momento em que as mulheres passaram a ter maior controle sobre a sua própria vida reprodutiva, ter filhos passou a ser uma escolha, e não mais um destino natural. Ainda segundo a autora, depois que as mulheres passaram a ter controle sobre a reprodução, quatro fenômenos foram observados nos países desenvolvidos: i) declínio da fecundidade; ii) aumento na idade média que as mulheres decidiam ter filhos; iii) aumento na participação do trabalho fora de casa e diversificação do modo de vida feminino; iv) novas conjunturas familiares formadas por casais sem filhos ou mulher solteira sem filhos.

A decisão voluntária de não ter filhos é complexa e impacta tanto na vida pessoal das mulheres como na vida conjugal, em especial quando a decisão da mulher não coincide com a do companheiro (SILVA; FRIZZO, 2014).

2.4 Relações de gênero e não maternidade voluntária

Quando se trata de relações de gênero e o seu impacto na fecundidade, estudos como o de McDonald (2000), vem mostrar que embora sejam dadas as mesmas oportunidades para homens e mulheres na educação e no mercado de trabalho, isso não ocorre dentro das famílias. Para o autor, a falta de equilíbrio de gênero entre cônjuges no que tange as atividades domésticas e de cuidado com os filhos tem contribuído para a baixa fecundidade em países desenvolvidos. Nesse sentido, a maior participação feminina no mercado de

trabalho não leva a um aumento da participação masculina nos afazeres domésticos, sendo a dupla jornada de trabalho dentro e fora de casa um fardo para as mulheres (JESUS, 2018).

O desequilíbrio de gênero tende a aumentar quando o casal tem filhos, trazendo consigo uma tripla jornada que por vezes é de responsabilidade exclusiva da mulher, sendo assim, as persistentes desigualdades entre homens e mulheres podem se tornar um impedimento para a liberdade reprodutiva e sexual das mulheres.

Para autores como Esping-Andersen (1999), uma maior equidade de gênero estaria relacionada com maior fecundidade, enquanto desequilíbrios nas relações de gênero teria o efeito contrário. A Europa é um exemplo de como o desequilíbrio das relações de gênero podem influenciar na escolha reprodutiva. Encontra-se taxas de fecundidade em torno de 1,5 em alguns países, bem abaixo do nível de reposição populacional (em torno de 2,1). Estudos como o de Doepke e Kindermann (2016), mostram que para aumentar a fecundidade a solução não estaria somente nos custos totais dos filhos, mas na distribuição desses custos entre os pais. A sobrecarga na responsabilidade da criação dos filhos na mulher torna a maternidade uma decisão que envolve as relações de gênero e como ela pode ser onerosa para a mulher, dada toda a responsabilidade que ela acompanha.

No que tange à realidade brasileira, segundo Scavone (2004), a maternidade no Brasil constitui fenômeno social marcado por desigualdades sociais, raciais/étnicas e por questões de gênero. Por mais que as mulheres venham conseguindo maior espaço no mercado de trabalho os homens não assumiram a divisão das atividades domésticas (ALVES, 2014). A divisão sexual do trabalho ainda pesa sobre os ombros das mulheres, principalmente em relação às tarefas domésticas e com o cuidado com as crianças, idosos e incapazes. As mulheres ainda estão longe dos cargos de poder e embora haja políticas que tentem romper as barreiras que as impedem de acessar cargos de alto escalão, o acesso a esses cargos é dado aos homens (ARAÚJO; ALVES, 2007). No Brasil, um país considerado tradicionalista marcado por traços conservadores, excludentes e meritocráticos que contribuem para a reprodução de desigualdades (ALVES, 2008). Nesse mesmo sentido, os diferenciais de gênero mostram-se enraizados dentro dos arranjos domiciliares. No que tange a decisão sobre a reprodução, por exemplo, o desejo do homem, se sobrepõe em relação aos desejos da mulher (CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2016). Essas relações de desigualdades são fortemente influenciadas pelas tradições familiares (KLEVEN et al., 2010).

Alguns autores citam as relações de gênero para explicar as mudanças nas estruturas familiares e na decisão da mulher em não querer ter filhos. Para Lesthaeghe (2014), algumas mudanças ocorridas nas últimas décadas podem afetar as estruturas familiares, entre elas: i) a revolução dos métodos contraceptivos, onde há separação entre a sexualidade e a reprodução; ii) revolução sexual em especial para as mulheres, que passaram a fazer

distinção entre a sexualidade e o casamento; iii) revolução no papel social da mulher e nas tradicionais relações de gênero. Essas mudanças podem afetar diretamente na decisão da mulher em querer ter um filho, dado a possibilidade de poder separar sexualidade e maternidade e no que tange as relações de gênero com maiores possibilidades de ascensão pessoal e profissional para as mulheres, além do tradicional papel desempenhado na maternidade. Nesse sentido, as desigualdades persistentes entre homens e mulheres se tornam um impedimento para a liberdade reprodutiva e sexual das mulheres. Se embora as mulheres possam chegar a ter muitas oportunidades de emprego no mercado de trabalho e na educação, mas se sofrerem restrição se tiver filhos, então essas mulheres tendem a ter menos ou nenhum filho. As mudanças ocorridas no comportamento das mulheres que tem buscado cada vez maior participação no mercado de trabalho, bem como maior qualificação profissional são alguns dos motivos para que algumas mulheres tenham deixado à maternidade para segundo plano e investindo na sua carreira profissional, chegando ao final do seu período reprodutivo sem ter tido filhos, (BELTRAME; DONELLI, 2012). Para Puur et al. (2008), estudar as relações de gênero em um contexto de baixa fecundidade, ou de ausência de filhos, como o estudo em questão, são justificados levando em consideração que os desejos e preferências por filhos surgem de forma diferente para homens e mulheres que sofrem maiores pressões quando afirmam não querer ter filhos, diferentemente dos homens. Algumas pesquisas sobre relações de gênero, mostram que embora haja algum avanço em relação a divisão do trabalho doméstico nos últimos tempos, a maior responsabilidade no que tange aos cuidados do lar e em especial o cuidado com os filhos ainda recai quase unanimemente sobre a mulher (ARAÚJO et al., 2018). Nesse mesmo sentido, Guiginski e Wajnman (2019), mostram que as desigualdades encontradas na divisão de trabalho doméstico, torna-se um desincentivo ao projeto de reprodução das mulheres, levando tanto ao adiamento quanto a decisão por não ter filhos.

3 Metodologia

O objetivo do seguinte capítulo é descrever o método de análise utilizado para apresentar as características das mulheres que não querem ter filhos, com idade acima de 30 anos para o ano de 2006. Este trabalho realiza uma análise descritiva da não maternidade voluntária entre as brasileiras, segundo características econômicas, demográficas e de gênero. Serão discutidos a fonte de dados, as variáveis selecionadas, o modelo estatístico utilizado e a operacionalização dos dados.

3.1 A base de Dados

Os dados que serão utilizados no estudo derivam da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS – de 2006. Trata-se de uma pesquisa domiciliar por amostragem probabilística complexa com representatividade em todo o Brasil. A definição da amostra, na PNDS, ocorre em dois estágios: definem-se as unidades primárias para, em seguida, obter as unidades secundárias, sendo as primeiras correspondentes aos setores censitários e as segundas às unidades domiciliares ([Ministério da Saúde, 2009](#)). Para os dados da PNDS 2006 são utilizadas algumas variáveis para ponderar os dados, sendo as variáveis utilizadas: CM002 (conglomerado), CM003 (estrato), e XM009 (peso).

A PNDS tem como objetivo avaliar níveis e tendências de fecundidade, conhecimento e uso de métodos contraceptivos, amamentação e outros determinantes próximos da fecundidade, bem como investigar intenções reprodutivas e necessidades não satisfeitas de concepção ([Ministério da Saúde, 2009](#)). A pesquisa faz parte do programa mundial de Pesquisa de Demografia e Saúde (*Demographic and Health Survey - DHS*). A população de estudo são mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos e crianças menores de cinco anos. Os dados da PNDS são comparados aos de outras pesquisas que são abarcadas no Programa DHS, haja vista que os questionários seguem um padrão comum de elaboração e há um tratamento similar aos dados coletados, o que confere comparabilidade entre os resultados de diversos países. Ademais, as pesquisas do tipo DHS são as mais abrangentes sobre temas relacionados à fecundidade e à saúde sexual e reprodutiva, sendo a melhor (e talvez a única) para trabalhar com uma gama variada de informações sobre esses temas no Brasil.

A PNDS (2006) coletou dados de cerca de 15 mil mulheres em idade fértil (15-49 anos) e cerca de 5 mil crianças menores de cinco anos de idade, com representatividade de todas as regiões brasileiras, tanto para o contexto urbano como rural. A pesquisa faz parte da quinta fase do projeto MEASURE DHS com apoio e financiamento do Ministério de Saúde.

3.2 População em Estudo

As mulheres consideradas para o estudo são aquelas que têm entre 30-49 anos de idade. O estudo leva em consideração a escolha desse intervalo etário por se tratar de mulheres que estão chegando ao final do período reprodutivo sem ter tido filhos, e entre as quais as chances de ainda terem filhos serem menores, bem como as chances de mudarem de decisão quanto à maternidade. A abordagem do estudo acerca da não maternidade voluntária, portanto, considera a não maternidade temporária e não permanente, ou seja, que não inclui as mulheres que não tem filhos por questões biológicas. A escolha de estudar especificamente mulheres e não casais justifica-se pelo fato de causar maior estranheza para a sociedade quando uma mulher diz não querer ter filhos, do que para um homem quando se posiciona da mesma forma, dada a forte ligação entre maternidade e feminilidade (ROVI, 1994). Além disso, a não maternidade ainda é um desafio para as mulheres, dada a pressão que a sociedade exerce no sentido oposto, haja vista a maternidade ainda ser considerada como parte da identidade feminina (GILLESPIE, 2003). No entanto, a mulher pode ter projetos que não condizem com a presença de crianças e objetivos de vida que vão além da maternidade.

3.3 Variáveis Seleccionadas

A escolha das variáveis se deu levando em consideração as principais características associadas a mulheres que não querem ter filhos, sendo, portanto, aqui abordadas características econômicas, demográficas e de gênero.

A escolha da variável que representa a variável resposta¹, corresponde à pergunta se a mulher quer ter filho ou prefere não ter filhos, trata-se de uma pergunta sobre pretensão futura, sendo as categorias dessa variável: quer ter filho, não quer ter filho, e não pode ficar grávida. Sendo aqui considerada não maternidade voluntária as respostas da categoria “não quer ter filhos”.

3.3.1 Variáveis Demográficas

A escolha das variáveis demográficas corresponde às informações acerca do perfil da mulher: idade, situação conjugal, cor/raça, religião, anos de estudo, e situação de domicílio. Sendo consideradas as seguintes categorias:

- **idade:** considerado o intervalo etário de (30 a 49) anos;
- **situação conjugal:** busca identificar se a mulher já esteve casada ou em união, com as categorias esteve em união, ou nunca esteve em união;

¹ Variável utilizada (M603_QUER)

- **cor ou raça:** baseada na autodeclaração, ou seja, as mulheres foram perguntadas sobre sua cor de acordo com as seguintes opções: preta, parda, indígena, amarela e branca;
- **religião:** A variável que trata sobre a religião busca identificar se a mulher pertence a alguma denominação religiosa atualmente, sendo as categorias: católica, evangélica tradicional, evangélica pentecostal, espírita e afro brasileira;
- **anos de estudo:** A variável que trata da escolaridade contém informações referentes aos anos de estudo das mulheres, sendo, portanto, uma variável quantitativa discreta;
- **situação de domicílio:** Por fim, a situação do domicílio busca identificar a localização de residência da mulher, seja zona urbana ou rural.

3.3.2 Variáveis Econômicas

As variáveis econômicas buscam informações acerca da empregabilidade da mulher, se exerceu trabalho remunerado, se trabalhou nos últimos 12 meses em casa ou fora, com as seguintes variáveis e categorias:

- trabalho dos últimos 12 meses em casa ou fora: dividido nas categorias em casa, fora, ou ambos;
- trabalho remunerado além das atividades domésticas: com as categorias sim ou não.

Além das variáveis de trabalho, foi necessário construir a variável renda que permite localizar a mulher dentro dos diferentes estratos existentes na sociedade brasileira. Essa variável consegue localizar a mulher dentro das faixas de poder de compra e status social. Para a construção da variável, foi utilizado o método adotado no critério de classificação econômica no Brasil (BRASIL, 2008), sendo o ano de 2008 o mais próximo da data da pesquisa da PNDS utilizada. O Critério de Classificação Econômica Brasil, CCEB ou apenas Critério Brasil é um padrão de classificação socioeconômica, realizada com base nos domicílios. Que consiste em uma maneira de medir o poder de compra da população. Assim, é possível segmentar os indivíduos em classes.

Para o Critério Brasil, são avaliadas certas características dos domicílios, como a existência e a quantidade de determinados bens como, por exemplo, quantidade de Televisão em cores, rádio, banheiro, automóvel, empregada mensalista, aspirador de pó, máquina de lavar, videocassete e/ou DVD, geladeira (independente ou duplex) juntamente com a escolaridade do chefe de família². Para cada item possuído é atribuída uma pontuação

² As variáveis utilizadas nessa classificação foram as seguintes: D025A2_RADI; D025B2_TELE; D025C2_BANH; D025D2_AUTO; D025E2_GELA; D025F2_FREE; D025H2_MAU; D025I2_VIDE; D025J2_EMPR; P011B_GRAU

a depender da quantidade de bens, assim como para a escolaridade do chefe de família. A soma da pontuação de todos os critérios classifica a qual classe econômica a pessoa pertence, sendo as classes divididas em A1, A2, B1, B2, C, D e E (BRASIL, 2008; CAETANO; DIAS, 2012). As variáveis utilizadas foram extraídas do questionário de domicílio da PNDS. O questionário é direcionado para as mulheres, mas, caso a quantidade de mulheres elegíveis for igual a zero, a pergunta que trata do grau de instrução é direcionada ao responsável pelo domicílio.

A classificação dos bens e quantitativo dos itens possuídos no domicílio, são abaixo distribuídos na Tabela 1. Para cada item e quantidade há uma pontuação que segue o Critério de Classificação Econômica Brasil.

Tabela 1 – Posse e quantidade de itens no domicílio e pontos associado, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa- ABEP 2008

Posse de itens	Quantidade de itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	1	2	3	4
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	4	5	6	7
Automóvel	0	4	7	9	9
Empregada mensalista	0	3	4	4	4
Máquina de lavas	0	2	2	2	2
Videocassete e/ou DVD	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer (independente ou parte da geladeira duplex)	0	2	2	2	2

Fonte: (BRASIL, 2008)

Tabela 2 – Grau de instrução do chefe de família, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP 2008. Grau de Instrução do chefe de família Pontuação segundo o Critério Brasil

Grau de Instrução do chefe de família		Pontuação segundo o Critério Brasil
Analfabeto / Primário incompleto	Analfabeto/Até 3ª. Série Fundamental	0
Primário completo / Ginásial incompleto	Até 4ª. Série Fundamental	1
Ginásial completo / Colegial incompleto	Fundamental completo	2
Colegial completo / Superior incompleto	Médio completo	4
Superior completo	Superior completo	8

Fonte: (BRASIL, 2008)

Ao final da contabilidade das pontuações adquiridas considerando cada item, faz-se a divisão do total de pontos em classes, considerando o padrão do Critério Brasil, tal como apresentado na Tabela 3

Tabela 3 – Classificação das classes econômicas segundo o critério, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP 2008.

Cortes do critério Brasil	
Classe	Pontos
A1	42-46
A2	35-41
B1	29-34
B2	23-28
C1	18-22
C2	14-17
D	8-13
E	0-7

Fonte: Retirado de BRASIL (2008)

3.3.3 Variáveis de Gênero

As variáveis que abordam as relações de gênero englobam as seguintes variáveis: a decisão sobre o número de filhos; a decisão de como gastar o dinheiro que a mulher ganha; o uso do método contraceptivo; se o método contraceptivo foi conversado com companheiro; e a variável sobre o motivo de ter parado de trabalhar. Todas essas variáveis foram selecionadas com fins de identificar se a decisão de não ter filhos é influenciada pelas relações de gênero intradomiciliares, como:

- conversou sobre PF (planejamento familiar) com marido / companheiro: Sim, já conversou/ Não, nunca conversou;
- decisão do uso do método contraceptivo: respondente / marido / conjunto;
- companheiro quer o número de filhos: mesmo número / mais filhos / menos filhos;
- decisão de como gastar dinheiro que a mulher ganha: entrevistada / companheiro / conjunta;
- motivo parou de trabalhar: marido não deixou: Não marcado / marcado.

A seguir tem-se um resumo de todas as variáveis utilizadas nesse estudo, bem como as categorias a elas relacionadas.

3.4 Método Estatístico

O método estatístico utilizado é a regressão logística binária, que corresponde a uma técnica muito recomendada em situações em que a variável dependente é de natureza dicotômica ou binária, isto é, atribui-se o valor 1 para o acontecimento de interesse “sucesso” e o valor 0 para o acontecimento complementar “fracasso”, sendo as variáveis independentes categóricas ou não. A regressão logística é um recurso que permite estimativas de probabilidade associadas à ocorrência de determinado evento em consideração a um conjunto de variáveis explicativas (AGRESTI; MEHTA; PATEL, 1990).

3.5 Análise Estatística

Para avaliar os fatores associados ao desejo reprodutivo, foram realizadas regressões logísticas binárias. A ponderação dos casos foi realizada utilizando-se a variável CM003_ESTR como estrato, a variável CM002_CONG como conglomerado (“cluster”) e a variável XM999_PESO como peso, de acordo com as instruções fornecidas por Blavatsky (2008).

Foram desenvolvidos diferentes modelos para análise. O primeiro modelo criado incluiu como variáveis independentes: idade, classe social, cor ou raça, religião, anos de estudo, situação de domicílio e a realização de trabalho remunerado além das atividades domésticas. O segundo modelo incluiu, além das variáveis do Modelo 1, a variável situação conjugal. Os modelos 3 e 4, por sua vez, incluíram também as variáveis de gênero. Em todos os modelos, a variável dependente foi o desejo reprodutivo, sendo que não desejar ter filhos foi estabelecido como categoria de referência. A variável renda foi mantida com o total da pontuação sem re-codificá-la em categorias.

Foi necessária a construção de modelos separados uma vez que não haviam casos completos, Todos os casos apresentavam valor ausente (*missing value*) em pelo menos uma das variáveis de interesse.

Todas as análises foram conduzidas no software SPSS v. 20. Os valores de p foram submetidos à correção de Bonferroni para múltiplas comparações. O nível de significância α adotado nos modelos logísticos foi de 5%.

Como toda probabilidade, o valor de p irá variar entre 0 e 1. Na grande maioria das áreas, admite-se um valor crítico de p menor ou igual a 0,05, ou seja, assume-se como margem de segurança 5% de chances de erro, ou olhando por outro ângulo, 95% de chances de estar certo.

Segundo Agresti, Mehta e Patel (1990), O modelo de regressão logística segue o clássico modelo de regressão linear de forma a confirmar o valor da variável resposta para

a faixa de 0 a 1. Dada pela seguinte equação, conhecida como função logística.

$$\pi(X) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1(X)}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1(X)}} \quad (3.1)$$

A regressão logística binária é a regressão aplicada a uma variável dependente dicotômica, onde a variável dependente não representa os valores de dados brutos, mas representa a probabilidade do evento estudado ocorrer (AGRESTI; MEHTA; PATEL, 1990). A equação geral para regressão logística é:

$$\ln(\text{Odds}) = \alpha + \sum_{i=1}^k \beta_i X_i \quad (3.2)$$

Onde,

Do lado direito são os termo padrão para as variáveis independentes e do lado esquerdo o log natural da probabilidade de de um evento acontecer. A quantidade $\ln(\text{Odds})$ é chamada de logit podendo variar entre $(-\infty; \infty)$. Sendo assim, as probabilidades são relacionadas por:

$$\text{Prob}(y = 1) = P \quad (3.3)$$

$$\text{Prob}(y = 0) = 1 - P \quad (3.4)$$

Dessa forma, como o objeto do estudo é a probabilidade de ocorrência de um evento, a equação logística pode ser transformada em uma equação de probabilidade (HAIR et al., 1999). Sendo assim, a equação assume a seguinte forma:

$$\text{Prob}(\text{event}) = \frac{1}{1 + e^{-(\alpha + \sum_{i=1}^k \beta_i X_i)}} \quad (3.5)$$

De modo diferente da regressão linear, os erros desse modelo não seguem uma distribuição normal, mas a de Bernoulli, em que as variáveis são dicotômicas e podem ser representadas de forma genérica, por respostas do tipo sucesso-fracasso, onde p é a probabilidade de sucesso do evento de interesse e $1-p$ corresponde a probabilidade de fracasso. Dessa forma, enquanto a regressão linear usa o método dos mínimos quadrados para estimar os coeficientes, a regressão logística é usada o método da máxima verossimilhança. Esse método corresponde a um dos procedimentos usados para se obter estimadores, dessa forma, o método trata o problema de estimação baseada nos resultados obtidos pela amostra, onde se determina qual distribuição dentre aquelas definidas pelos valores de seus parâmetros tem a maior possibilidade de ter gerado aquela amostra. Os coeficientes significativos são aqueles com probabilidade inferior a 0,05.

Tabela 4 – Resumo das variáveis selecionadas

	Tipo	Variável	Categorias	
Demográficas	Dependente	Escolha reprodutiva	Quer ter filho Não quer ter filhos	
	Independente	Idade	30 a 49 anos	
	Independente	Situação Conjugal	Sim, formalmente Esteve em união Nunca esteve em união	
	Independente	Cor ou raça	Preta Parda Branca Amarela Indígena	
	Independente	Religião	Católica Evangélica tradicional Evangélica pentecostal Espírita	
	Independente	Anos de Estudo	0 1 a 4 5 a 8 9 a 12	
	Independente	Situação de domicílio	Urbano Rural	
	Econômicas	Independente	Trabalho dos últimos 12 meses em casa ou fora	Em casa Fora Ambos
		Independente	Trabalho remunerado além das atividades domésticas	Sim Não
		Independente	Renda	E D C2 C1 B2 B1 A2 A1
Gênero		Independente	Conversou sobre PF com marido/companheiro	Sim, já conversou. Não, nunca conversou.
		Independente	Decisão do uso do método contraceptivo	Respondente Companheiro Conjunta
		Independente	Decisão do número de filhos	Menos filhos Mais filhos Mesmo número
	Independente	Decisão de como gastar o dinheiro que a mulher ganha	Entrevistada Companheiro Conjunta	
	Independente	Motivo parou de trabalhar: marido não deixou	Marcado Não marcado	

Fonte: a autora - elaborado a partir dos dados da [Ministério da Saúde \(2009\)](#)

4 Resultados

4.1 Modelo 1

O Modelo 1 incluiu as variáveis independentes: idade; classe social¹; cor ou raça; religião; anos de estudo; situação de domicílio; e realização de trabalho remunerado além das atividades domésticas. Houve efeito de todas as variáveis investigadas sobre o desejo reprodutivo, com exceção das variáveis religião e cor/raça (Tabela 5).

As informações contidas na Tabela 5 tratam-se de uma estatística inicial, que tem por objetivo verificar a significância global da variável independente. As variáveis estatisticamente significativas de acordo com Tabela 5 foram: Idade, Classe social, Anos de estudo, Situação de domicílio e Trabalho remunerado.

Morar em um domicílio urbano diminui em 37,6% a chance de a mulher desejar ter filhos, quando comparada a mulheres que moram em domicílios rurais. Dado a maior concentração de mulheres nessas áreas, dentre as mulheres que não querem ter filhos cerca de 37,73% estão localizadas na zona urbana, enquanto as mulheres que não querem ter filhos localizadas na zona rural esse percentual é de cerca de 6,28%. Possuir um trabalho remunerado, além das atividades domésticas, aumenta em 34,9% as chances da mulher desejar ter filhos (Tabela 6). Dentre as mulheres que não querem ter filhos cerca de 48% possui um trabalho remunerado além das atividades domésticas, quanto ao trabalho nos últimos 12 meses, cerca de 20% trabalhavam em casa, 77% trabalhavam fora de casa e 3% trabalhavam em ambos.

¹ Calculada de acordo com o critério da ABEP - 2008

Tabela 5 – Regressão logística estimada para desejo por filhos, segundo variáveis sócio-demográficas selecionadas. Mulheres de 15-49 anos. Brasil, 2006.

Variável	gl 1	gl 2	F de Wald	p
Idade	1	1078	543,044	<0,001*
Classe social	1	1078	4,537	0,033*
Cor ou raça	4	1075	1,788	0,335
Religião	6	1073	2,217	0,229
Anos de estudo	1	1078	36,301	<0,001*
Situação de domicílio	1	1078	10,13	0,002*
Trabalho remunerado	1	1078	9,464	0,002*

gl, grau de liberdade

n = 9578.

* para $p < 0,05$.

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

Tabela 6 – Regressão logística estimada para o modelo 1, segundo variáveis estatisticamente significativas

Parâmetro	Coef. B	p	Razão de chances (IC 95%)
Idade	-0,144	< 0,001	0,866 (0,856 - 0,877)
Classe social	0,087	0,033	1,091 (1,007 - 1,182)
Anos de estudo	0,113	< 0,001	1,119 (1,079 - 1,161)
Domicílio urbano (ref.: rural)	-0,471	0,002	0,624 (0,467 - 0,835)
Tem trabalho remunerado (ref.: não)	0,299	0,002	1,349 (1,115 - 1,633)

n = 9578.

Categoria de referência para a variável dependente (desejo reprodutivo) = desejo negativo (a mulher não ter filhos).

Fonte: Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

Quanto a variável escolaridade, a cada um ano de aumento no tempo de estudo, observa-se um aumento de 11,9% das chances da mulher desejar ter filhos. Dentre as mulheres não escolarizadas cerca de 4% não desejavam ter filhos, esse percentual era em torno de 13,61% para mulheres com até 8 anos de estudo e de 22,83% para mulheres com até 11 anos de estudo.

Para a classe social, observa-se um aumento da chance de desejar ter filhos conforme a classe social ascende. Dessa forma, a cada ascensão de uma classe social, observa-se um aumento de 9,1% nessa chance. Dentre as mulheres que não desejam ter filhos, cerca de 54% estão localizadas nas classes C1 e c2. Por fim, a cada um ano de aumento na idade, observa-se uma diminuição de 13,4% da chance de a mulher desejar ter filhos (Tabela 6). Para as mulheres que não desejam ter filhos cerca de 21% estão localizadas na faixa etária de 30-35 anos, já nos anos finais do período reprodutivo 45- 49 anos, esse percentual é em torno de 12%.

4.2 Modelo 2

O segundo modelo foi construído de forma a incluir, além das variáveis independentes adicionadas ao Modelo 1, a variável “Situação Conjugal”. Optou-se por incluí-la em um modelo à parte porque essa variável apresenta uma elevada proporção de valores ausentes (53,81% dos casos), o que reduz o n e pode estar relacionado à vieses.

O modelo incluindo a situação conjugal mostra que há efeito dessa variável sobre o desejo reprodutivo. Além disso, as variáveis idade, escolaridade, situação de domicílio e realização de trabalho remunerado continuaram a ter efeito sobre o desejo de ter filhos, mesmo quando controladas pela situação conjugal. Assim como no modelo anterior, não houve efeito da religião ou da cor/raça sobre o desejo reprodutivo. No entanto, após a inclusão da variável situação conjugal, a variável classe social deixou de estar associada ao

Tabela 7 – Variáveis independentes demográficas do 2 modelo, avaliação dos efeitos globais do modelo de regressão logística binária

Variável	gl 1	gl 2	F de Wald	P
Idade	1	1026	144,757	< 0,001*
Classe social	1	1026	1,627	0,202
Cor ou raça	4	1023	1,338	1,000
Religião	6	1021	1,43	0,481
Anos de estudo	1	1026	4,406	0,036*
Situação de domicílio	1	1026	8,291	0,004*
Trabalho remunerado	1	1026	4,85	0,028*
Situação conjugal	1	1026	59,06	< 0,001*

gl, grau de liberdade.

n = 4495.

* para $p < 0,05$.

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

Tabela 8 – Frequências absolutas e relativas de cada classe social incluída nos modelos 1 e 2

Classe social	Modelo 1		Modelo 2	
	n (%)	n ponderado (%)	n (%)	n ponderado (%)
A1	29 (0,3)	69.952 (0,22)	16 (0,36)	34.399 (0,24)
A2	277 (2,89)	1.167.716 (3,61)	176 (3,92)	660.649 (4,54)
B1	689 (7,19)	2.537.274 (7,84)	389 (8,65)	1.398.198 (9,6)
B2	1.554 (16,22)	6.033.024 (18,65)	764 (17)	2.806.008 (19,27)
C1	2.507 (26,17)	8.118.683 (25,1)	1.218 (27,1)	3.739.732 (25,68)
C2	2.539 (26,51)	8.006.643 (24,75)	1.124 (25,01)	3.286.055 (22,57)
D	1.459 (15,23)	5.017.840 (15,51)	615 (13,68)	2.105.339 (14,46)
E	524 (5,47)	1.395.426 (4,31)	193 (4,29)	531.030 (3,65)
Total	9578 (100)	32.346.558 (100)	4495 (100)	14.561.410 (100)

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

desejo reprodutivo (Tabela 7). Uma vez que a ausência de efeito de classe social podia ser uma consequência de vieses introduzidos pela alta proporção de valores ausentes no sistema, foram comparadas as frequências de cada classe nos dois modelos (Tabela 8).

As informações contidas na Tabela 7, tem por objetivo verificar a significância global da variável independente. As variáveis estatisticamente significativas de acordo com a tabela foram: Idade, Anos de estudo, Situação de domicílio, Trabalho remunerado e situação conjugal. Conforme apresentado na Tabela 9.

Morar em um domicílio urbano diminui em 52,9% as chances da mulher desejar ter filhos, quando comparada a mulheres que moram em domicílios rurais. Possuir um trabalho remunerado, além das atividades domésticas, aumenta em 51,5% as chances da mulher desejar ter filhos, nessa amostra (Tabela 9).

Tabela 9 – Regressão logística estimada para o modelo 2, segundo variáveis estatisticamente significativas.

Parâmetro	Coef. B	p	Razão de Chances (IC 95%)
Idade	-0,113	< 0,001	0,893 (0,877 - 0,91)
Anos de estudo	0,077	0,036	1,080 (1,005 - 1,161)
Domicílio urbano (ref.: rural)	-0,753	0,004	0,471 (0,282 - 0,787)
Tem trabalho remunerado (ref.: não)	0,416	0,028	1,515 (1,046 - 2,195)
Foi casada unida alguma vez (ref.: não)	-1,402	< 0,001	0,246 (0,172 - 0,352)

n = 4495.

Categoria de referência para a variável dependente (desejo reprodutivo) = desejo negativo (a mulher não quer ter filhos).

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

Com relação à escolaridade, a cada um ano de aumento no tempo de estudo, observa-se um aumento de 8,0% nas chances da mulher desejar ter filhos. Já a idade está negativamente associada ao desejo reprodutivo. A cada um ano de aumento na idade, observa-se uma diminuição de 10,7% nas chances da mulher desejar ter filhos. Por fim, para a variável “situação conjugal” observa-se que ser ou ter sido casada / unida alguma vez diminui em 75,6% as chances da mulher desejar ter filhos (Tabela 9).

4.3 Modelo 3

Para a construção do terceiro modelo foram incluídas as variáveis independentes: idade, classe social, cor ou raça, religião, anos de estudo, situação de domicílio, realização de trabalho remunerado além das atividades domésticas, se a mulher trabalhou em casa ou fora nos últimos 12 meses, de quem é a decisão de como é gasto o dinheiro que a mulher ganha, se a mulher conversou com o companheiro sobre planejamento familiar, de quem é a decisão do uso do contraceptivo e se o marido quer ter o mesmo número de filhos.

De todas as variáveis incluídas no modelo, apenas a idade, a escolaridade, a situação de domicílio e o desejo reprodutivo do marido tiveram efeito sobre o desejo reprodutivo da mulher (Tabela 10).

Os efeitos da idade, da escolaridade e da situação de residência sobre o desejo reprodutivo foram semelhantes ao observado nos Modelos 1 e 2. A cada aumento de um ano na idade, há uma redução de 15,9% da chance da mulher querer ter filhos. A mulher residir em um domicílio urbano, por sua vez, reduz em 48,3% as suas chances de querer ter filhos. Para a escolaridade, há uma associação positiva. Observa-se que a cada aumento de um ano de estudo há um aumento de 18,5% da chance da mulher desejar ter filhos (Tabela 11).

Tabela 10 – Modelo 3 de regressão logística binária. Avaliação dos efeitos globais do modelo

Variável	gl 1	gl 2	F de Wald	p
Idade	1	938	191,244	< 0,001*
Classe social	1	938	0,646	0,422
Cor ou raça	4	935	0,729	1,000
Religião	6	933	1,455	1,000
Anos de estudo	1	938	28,575	< 0,001*
Situação de domicílio	1	938	5,663	0,018*
Trabalho remunerado	1	938	0,561	0,454
Trabalhou nos últimos 12 meses (em casa ou fora)	2	937	1,673	0,294
Decisão de como gastar o dinheiro que a mulher ganha	2	937	0,068	1,000
Conversou sobre PF com marido/ companheiro	1	938	0,03	0,862
Decisão do uso do método contraceptivo	2	937	0,885	0,375
Marido quer o mesmo número de filhos	2	937	12,851	< 0,001*

gl, grau de liberdade; PF, planejamento familiar. n = 2501. * para p < 0,05.

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

Tabela 11 – Modelo 3 de regressão logística binária. Coeficientes e razões de chances

Parâmetro	Coef. B	p	Razão de Chances (IC 95%)
Idade	-0,173	< 0,001	0,841 (0,820 - 0,862)
Anos de estudo	0,170	< 0,001	1,185 (1,114 - 1,261)
Domicílio urbano (referência: rural)	-0,660	0,018	0,517 (0,300 - 0,891)
Quantidade de filhos desejada pelo marido. (referencia: marido quer o mesmo número de filhos que a mulher)			
Marido quer menos filhos	0,969	< 0,001	2,635 (1,615 - 4,299)
Marido quer mais filhos	-0,593	0,005	0,553 (0,365 - 0,836)

n = 2501.

Categoria de referência para a variável dependente (desejo reprodutivo) = desejo negativo (a mulher não quer ter filhos).

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

Tabela 12 – Modelo 4 de regressão logística binária. Avaliação dos efeitos globais do modelo.

Variável	gl 1	gl 2	F de Wald	p
Idade	1	337	40,592	<0,001*
Classe social	1	337	0,448	0,504
Cor ou raça	4	334	0,442	1
Religião	6	332	3,122	0,47
Anos de estudo	1	337	3,268	0,072
Situação de domicílio	1	337	3,042	0,082
Trabalhou nos últimos 12 meses (em casa ou fora)	2	336	0,748	0,629
Motivo parou de trabalhar: marido não deixou	1	337	3,341	0,068
Decisão de como gastar o dinheiro que a mulher ganha	2	336	0,248	1
Conversou sobre PF com marido / companheiro	1	337	0,713	0,399
Decisão do uso do método contraceptivo	2	336	2,027	0,089
Marido quer o mesmo número de filhos	2	336	7,273	0,003*

gl, grau de liberdade; PF, planejamento familiar. n = 432. * para p < 0,05

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

O desejo reprodutivo do marido também impacta o desejo reprodutivo da mulher. Quando o marido quer menos filhos que a mulher (comparado a quando ambos querem a mesma quantidade de filhos), há um aumento de 163,5% da chance da mulher querer ter filhos. Já quando o marido quer ter mais filhos que a mulher, há uma redução de 44,7% da chance da mulher desejar ter filhos (Tabela 11).

4.4 Modelo 4

O Modelo 4 incluiu como variável independente a mulher ter abandonado o trabalho porque o marido não permitiu que trabalhasse. Além dessa variável, o modelo incluiu todas as variáveis independentes incluídas no Modelo 3, com exceção da variável “realização de trabalho remunerado além das atividades domésticas”. A variável “realização de trabalho remunerado além das atividades domésticas” foi excluída do modelo porque todas as mulheres incluídas neste modelo haviam respondido “não”, o que impossibilitou que fossem calculados os coeficientes para essa variável.

Para esse modelo, houve apenas efeito da idade e do desejo reprodutivo do marido sobre o desejo reprodutivo da mulher (Tabela 12). Esses dados, no entanto, precisam ser analisados considerando-se que o modelo inclui um tamanho amostral reduzido (n = 432).

Assim como nos outros modelos, há uma associação negativa entre a idade da mulher

Tabela 13 – Modelo 4 de regressão logística binária. Coeficientes e razões de chances

Parâmetro	Coef. B	p	Razão de Chances (IC 95%)
Idade	-0,21	<0,001	0,810 (0,759 - 0,865)
Quantidade de filhos desejada pelo marido. (referencia: marido quer o mesmo número de filhos que a mulher)			
Marido quer menos filhos	0,784	0,204	2,189 (0,652 - 7,352)
Marido quer mais filhos	-1,6	0,001	0,202 (0,076 - 0,536)

n = 432.

Categoria de referência para a variável dependente (desejo reprodutivo) = desejo negativo (a mulher não quer ter filhos)

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

e o seu desejo reprodutivo. A cada aumento de um ano na idade há uma redução de 19,0% da chance da mulher desejar ter filhos. Com relação ao desejo reprodutivo do marido, quando o marido quer ter mais filhos que a mulher (comparado a quando ambos querem a mesma quantidade de filhos), há uma redução de 79,8% da chance da mulher desejar ter filhos (Tabela 13).

De acordo com as informações da Tabela 14, as mulheres que não desejam ter filhos estão em sua maioria localizadas na zona urbana, já em relação as mulheres que querem ter filhos a sua concentração se torna maior na zona rural. Já se tratando da religião as mulheres que não desejam ter filhos são em sua maioria evangélicas pentecostais, já para as mulheres que querem ter filhos a maioria são espíritas.

Quanto a classificação da cor, as mulheres que não desejam filhos são em sua maioria autodeclaradas pretas, já para as que desejam a maioria são indígenas. No que tange a situação conjugal, quando perguntado se alguma vez foi casada ou unida, dentre as mulheres que não desejam filhos a maioria já havia sido casada formalmente, enquanto as mulheres que desejam filhos a maioria nunca havia estado em união.

Quanto a decisão do uso do método contraceptivo, as mulheres que não desejam filhos em sua maioria são as responsáveis pela decisão do método. Já entre as mulheres que desejam filhos a decisão quanto ao médico é do companheiro, seguida pela decisão conjunta do casal. No que se refere a decisão quanto ao número de filhos, para as mulheres que não desejam tê-los, o companheiro em sua maioria deseja ter mais filhos, já se tratando das mulheres que desejam tê-los, o companheiro deseja ter menos filhos.

Para o trabalho remunerado além das atividades domésticas, as mulheres que não desejam filhos cerca de 55% tem um trabalho remunerado, e cerca de 45% tem um trabalho remunerado e desejam filhos. Para as mulheres que deixaram de trabalhar porque o marido

Tabela 14 – Percentuais quanto ao desejo reprodutivo da mulher em relação as variáveis independentes

Variável	Desejo reprodutivo da mulher			
	Não quer ter filhos		Quer ter filhos	
	n	%	n	%
Situação de domicílio				
Urbano	1261	44,8	1554	55,2
Rural	2128	40,9	3071	59,1
Religião atual				
Católica	9292	44,8	1145	55,2
Evangélica tradicional	1844	42,5	2497	57,5
Evangélica pentecostal	1648	46,8	1870	53,2
Espírita	4124	35,4	7520	64,6
Cor				
Branca	5938	43,6	7695	56,4
Preta	1775	50,7	1727	49,3
Parda	6236	44,2	7888	55,8
Amarela	4991	40,5	7318	59,5
Indígena	1630	29,5	3888	70,5
Alguma vez casada ou unida				
Sim, formalmente.	10039	78,4	2771	21,6
Sim, em união com homem.	12328	62,9	7283	37,1
Nunca esteve em união.	2154	18,5	9479	81,5
De quem é a decisão de usar método contraceptivo				
Respondente	3294	65	1773	35
Companheiro	3406	55,4	2741	44,6
Conjunta	5155	57,1	3874	42,9
Companheiro quer o mesmo número de filhos				
Menos filhos	6617	39,1	10323	60,9
Mais filhos	2172	67,1	1063	32,9
Mesmo número	6844	55,1	5587	44,9
Trabalha, além das atividades domésticas				
Sim	7475	55	8455	45
Não	7267	59,4	10164	40,6
Motivo parou de trabalhar: marido não deixou.				
Sim	2161	37,6	2020	62,4
Não	1479	51,7	2450	48,3
Trabalho dos últimos 12 meses em casa ou fora				
Em casa	1794	53,6	1555	46,4
Fora de casa	7582	43,2	9951	56,8
Ambos	4069	53,6	3518	46,4
Decisão de como gastar dinheiro que mulher ganha				
Entrevistada	7885	44,3	9928	55,7
Companheiro	2594	44,8	3196	55,2
Em conjunto	1554	54,6	1292	45,4
Renda				
E	5624	39,1	8745	60,9
D	2309	45,5	2770	54,5
C 2	3939	48,3	4222	51,7
C 1	3462	41,8	4830	58,2
B 2	2745	45,3	3320	54,7
B1	9487	36,6	1643	63,4
A 2	4438	37,4	7430	62,6
A 1	9470	10,5	8040	89,5

Fonte: a autora

não deixou, a sua maioria são as mulheres que desejam ter filhos 62,4%.

Se tratando do trabalho nos últimos 12 meses, há uma maior concentração das mulheres que não desejam filhos trabalhando tanto em casa, quanto fora quando comparadas as mulheres que desejam filhos, que em sua maioria trabalham fora. Quanto a decisão do uso do dinheiro que a mulher ganha, para as mulheres que não desejam filhos a decisão é em sua maioria tomada em conjunto. Já para as mulheres que desejam ter a decisão é feita pela própria mulher, seguido pela decisão do companheiro.

Em se tratando da classificação de renda, as mulheres que não desejam filhos estão em sua maioria localizadas na classe C2, seguida da classe D. Já para as mulheres que desejam filhos, as classes A1 e A2 são suas maiores concentrações.

Tabela 15 – Média do desejo reprodutivo da mulher em relação as variáveis independentes

Variável	Não quer ter filho		Quer ter filho	
	Média	EP	Média	EP
Idade	33,32	1462	23,3	1862
Anos de escolaridade	9,08	1474	7,81	1850

Fonte: (Ministério da Saúde, 2009)

As informações contidas na Tabela 15 mostram as estimativas de média e erro padrão para as variáveis idade e anos de estudo, quanto ao desejo reprodutivo.

5 Conclusão

Essa dissertação teve como principal objetivo identificar as principais características econômicas, demográficas e de gênero associadas as mulheres que não desejam ter filhos para o ano de 2006, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS. O estudo sobre a não maternidade voluntária no Brasil ainda é incipiente, muito há para ser explorado. Dessa forma, buscou-se analisar as características dessas mulheres que se posicionaram por não ter filhos, e mostrar que essa é uma realidade cada vez mais presente na sociedade atualmente. Cada vez mais as mulheres que não querem ter filhos querem ter o direito de se imporem sem ser julgadas pela sua decisão. Maiores aspirações pessoais que não necessariamente coincida com o desejo de ter filhos, vem se apresentando como alternativas mais atrativas para as mulheres. A maternidade como destino obrigatório começa a ser uma escolha e não somente uma etapa obrigatória da evolução.

De acordo com os modelos criados foi possível observar algumas características dessas mulheres, e como essas variáveis se comportam a depender do modelo incluso na análise. Se tratando da situação de domicílio, essa variável se mostrou significativa para os 3 primeiros modelos, para o primeiro modelo morar em um domicílio urbano diminui em 37,6% as chances da mulher desejar ter filhos, para o segundo modelo as chances de desejar ter filhos foi 52,9% e de 48,3% para o terceiro. Não sendo significativo para o 4 modelo. Mulheres que moram na zona urbana, tem maiores chances de não desejar filhos quando comparadas as mulheres que desejam tê-los (IBGE, 2012).

Quanto a possuir um trabalho remunerado além das atividades domésticas, as chances de desejar filhos aumentam cerca de 39,9% , de acordo com o modelo 1. Para o segundo modelo as chances de desejar filhos aumentam em torno de 51,5%. A variável não se mostrou significativa para o terceiro modelo e não foi inclusa no 4 modelo.

A escolaridade também é uma característica significativa para a escolha reprodutiva, quanto mais escolarizada maiores as chances de querer ter filhos, a cada aumento dos anos de estudo, aumenta-se as chances da mulher desejar filhos. Para cada ano de estudo, aumenta-se a chance de desejar filhos, para o modelo 1, para cada um ano de estudo aumenta-se em 11,9% as chances de desejar filhos, já para o 2 modelo, essa chance era de 8,0% e de cerca de 18,5% para o terceiro. Para o 4 modelo essa variável não se mostrou significativa.

Para a classe social, observa-se um aumento da chance de desejar ter filhos conforme a classe social ascende, para cada ascensão de classe, aumenta-se em 9,1% as chances de desejar filhos. Para os demais modelos, essa variável não se mostrou significativa. Se tratando da idade da mulher, para cada um ano de aumento da idade as chances de desejar

filhos diminuem, em torno de 13,4% no primeiro modelo, 10,7% para o segundo, 15,9% para o terceiro e em torno de 19% no modelo 4.

Quanto a escolha pelo número de filhos, para o modelo 3 quando o companheiro deseja menos filhos, comparado a quando ambos querem o mesmo número de filhos aumenta-se as chances da mulher querer filhos, já para quando o companheiro deseja ter mais filhos comparado a quando ambos querem o mesmo número, diminui-se as chances da mulher querer filhos. para o modelo 4, quando o companheiro quer mais filhos quando comparado a ambos quererem a mesma quantidade, diminui a chance da mulher querer ter.

Analisar o desejo reprodutivo das mulheres por meio das características econômicas, demográficas e de gênero ainda é limitante dado ao leque de motivações que levam as mulheres a não querer ter filhos. Pesquisas qualitativas que explorem as motivações que estão por detrás do não desejo pela maternidade, podem mostrar algumas informações que ficam limitadas a uma pesquisa de cunho quantitativo apenas.

Referências

- ABBEY, E.; VALSINER, J. Emergence of Meanings Through Ambivalence. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, v. 6, n. 1, jan. 2005. ISSN 1438-5627. Disponível em: <<https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/515>>. Citado na página 17.
- ABMA, J.; MARTINEZ, G. Childlessness in the US: Trends, work experience and gender role attitudes. In: *Annual Meeting of the Population Association of America, Atlanta, USA*. [S.l.: s.n.], 2002. Citado na página 18.
- AGRESTI, A.; MEHTA, C. R.; PATEL, N. R. Exact inference for contingency tables with ordered categories. *Journal of the American Statistical Association*, Taylor & Francis, v. 85, n. 410, p. 453–458, 1990. Citado 2 vezes nas páginas 29 e 30.
- ALVES, J. E. D. A transição demográfica e a janela de oportunidade. *São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*, 2008. Citado na página 22.
- ALVES, J. E. D. A MULHER NA POLITICA, DESPATRIARCALIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO: O CRESCENTE PODER DAS BALZAQUIANAS. *RG*, v. 14, n. 2, 2014. ISSN 2316-1108. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31189>>. Citado na página 22.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*, SciELO Brasil, v. 50, n. 3, p. 535–577, 2007. Citado na página 22.
- ARAUJO, C. et al. Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no brasil: 2003-2016. *ARAUJO, C.; GAMA, A.; PICANÇO, F*, 2018. Citado na página 23.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. [S.l.]: Nova Fronteira Rio de Janeiro, 1985. Citado na página 21.
- BADINTER, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. [S.l.]: Editora Record, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 20 e 21.
- BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, v. 19, n. 1, p. 163–185, 2007. ISSN 0103-5665. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652007000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Citado 2 vezes nas páginas 14 e 19.
- BAUM, F.; COPE, D. R. Some characteristics of intentionally childless wives in Britain. *Journal of Biosocial Science*, v. 12, n. 3, p. 287–300, 1980. Publisher: Cambridge University Press. Citado na página 21.
- BECKER, G.; BARRO, R. A Reformulation of the Economic Theory of Fertility. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 103, n. 1, p. 1–25, 1988. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/oupqjecon/v_3a103_3ay_3a1988_3ai_3a1_3ap_3a1-25..htm>. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 20.

- BELCHER, A. The Not-Mother Puzzle. *Social & Legal Studies*, ago. 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/096466390000900404>>. Citado na página 20.
- BELTRAME, G. R.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. *Aletheia*, n. 38-39, p. 206–217, dez. 2012. ISSN 1413-0394. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-03942012000200017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 23.
- BERRINGTON, A.; PERELLI-HARRIS, B.; TREVENA, P. Commitment and the changing sequence of cohabitation, childbearing, and marriage: Insights from qualitative research in the UK. *DemRes*, v. 33, p. 327–362, ago. 2015. ISSN 1435-9871. Disponível em: <<http://www.demographic-research.org/volumes/vol33/12/>>. Citado na página 18.
- BERTELONI, G. M. de A.; CESTARI, M. E. W.; SODRÉ, T. M. O Perfil da saúde das mulheres e os motivos que as levam a evitar a gestação. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 12, n. 5, p. e2349–e2349, 2020. Citado na página 20.
- BLAVATSKY, I. Expansão, ponderação, calibração e erros amostrais da PNDS 2006. Minicurso: Aspectos Metodológicos e Operacionais da PNDS 2006. 2008. Citado na página 29.
- BLOOM, D. E.; PEBLEY, A. R. Voluntary childlessness: A review of the evidence and implications. *Population research and policy review*, v. 1, n. 3, p. 203–224, 1982. Publisher: Springer. Citado na página 18.
- BONINI-VIEIRA, A. *Definidas pela negação, construídas na afirmação: a perspectiva de mulheres não mães sobre a maternidade e seu projeto de vida*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro., 1997. Citado na página 20.
- BRASIL, C. D. C. Critério de classificação econômica Brasil. *Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)*, 2008. Citado 3 vezes nas páginas 26, 27 e 28.
- CAETANO, A. J.; DIAS, J. G. Classificação socioeconômica comparativa utilizando critério Brasil, wealth index e análise de classes latentes: uma aplicação com dados do pnds 2006. *IN: XVIII encontro nacional de estudos populacionais*, 2012. Citado na página 27.
- CARVALHO, A. A. de; WONG, L. L. R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Discrepância de fecundidade e sua relação com variáveis sociodemográficas: uma análise para o Brasil em 1996 e 2006. *Anais*, p. 1–18, 2016. Citado na página 22.
- CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Childlessness in Brazil: socioeconomic and regional diversity. In: *Ponencia presentada en el XXVII IUSSP International Population Conference, Busan Korea*. [S.l.: s.n.], 2013. Citado na página 19.
- DOEPKE, M.; KINDERMANN, F. Bargaining over Babies: Theory, Evidence, and Policy Implications. p. 81, 2016. Citado na página 22.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Social foundations of postindustrial economies*. [S.l.]: OUP Oxford, 1999. Citado na página 22.
- FUJIWARA, J. C. A. M. Mulheres sem filhos no Brasil : uma análise de características socioeconômicas e demográficas, razões e repercussões. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333401>>. Citado na página 19.

- GILLESPIE, R. Childfree And Feminine: Understanding the Gender Identity of Voluntarily Childless Women. *Gender & Society*, v. 17, n. 1, p. 122–136, fev. 2003. ISSN 0891-2432. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0891243202238982>>. Citado 4 vezes nas páginas 13, 18, 20 e 25.
- GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. 1–26, nov. 2019. ISSN 1980-5519. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1418>>. Citado na página 23.
- HAIR, J. F. et al. *Análisis multivariante*. [S.l.]: Prentice Hall Madrid, 1999. v. 491. Citado na página 30.
- HAKIM, C. *Work-Lifestyle Choices in the 21st Century: Preference Theory*. 1st edition. ed. New York: Oxford University Press, 2001. ISBN 978-0-19-924209-2. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 19.
- HOUSEKNECHT, S. K. Voluntary Childlessness. In: SUSSMAN, M. B.; STEINMETZ, S. K. (Ed.). *Handbook of Marriage and the Family*. Boston, MA: Springer US, 1987. p. 369–395. ISBN 978-1-4615-7151-3. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-1-4615-7151-3_14>. Citado 2 vezes nas páginas 13 e 16.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra*. [S.l.]: IBGE Rio de Janeiro, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 13 e 41.
- JESUS, J. C. d. *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*. Tese (PhD Thesis) — UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais., 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACE-B27PW9/1/ppgdemografia_jordanacristinajesus_tesedoutorado.pdf>. Citado na página 22.
- KIERNAN, K. E. Who remains childless? *Journal of biosocial science*, v. 21, n. 4, p. 387–398, 1989. Publisher: Cambridge University Press. Citado na página 18.
- KLEVEN, H. J. et al. *Unwilling or Unable to Cheat? Evidence from a Randomized Tax Audit Experiment in Denmark*. [S.l.], 2010. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w15769>>. Citado na página 22.
- KOHLI, M.; ALBERTINI, M. Childlessness and Intergenerational Transfers: What is at Stake? *Ageing and Society*, v. 29, p. 1171–1183, nov. 2009. Citado na página 20.
- KREYENFELD, M.; KONIETZKA, D. Analyzing Childlessness. In: KREYENFELD, M.; KONIETZKA, D. (Ed.). *Childlessness in Europe: Contexts, Causes, and Consequences*. Cham: Springer International Publishing, 2017, (Demographic Research Monographs). p. 3–15. ISBN 978-3-319-44667-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-44667-7_1>. Citado na página 18.
- LEOCÁDIO, V. *Childlessness no Brasil: a contribuição das mudanças sociodemográficas para a tendência de zero filho*. Tese (PhD Thesis) — Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Citado na página 18.
- LESTHAEGHE, R. The second demographic transition: A concise overview of its development. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 111, n. 51, p. 18112–18115, 2014. Publisher: National Acad Sciences. Citado 4 vezes nas páginas 16, 17, 20 e 22.

- LEATHERBY, G. Childless and Bereft?: Stereotypes and Realities in Relation to 'Voluntary' and 'Involuntary' Childlessness and Womanhood. *Sociological Inquiry*, v. 72, n. 1, p. 7–20, 2002. ISSN 1475-682X. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1475-682X.00003>>. Citado 2 vezes nas páginas 20 e 21.
- MARCIANO, A. The historical and philosophical foundations of new political economy. *The Elgar Companion to Economics and Philosophy*, Edward Elgar Pub, p. 24, 2004. Citado na página 13.
- MCDONALD, P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. *Journal of the Australian Population Association*, v. 17, n. 1, p. 1–16, 2000. Publisher: Springer. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 21.
- MEIRA, A. D. C. Dos impasses da maternidade a uma verdade indizível: Uma leitura psicanalítica sobre a feminilidade. p. 109, 2010. Citado na página 13.
- MENCARINI, L.; TANTURRI, M. L. High fertility or childlessness: Micro-level determinants of reproductive behaviour in Italy. *Population*, v. 61, n. 4, p. 389–415, 2006. Publisher: INED. Citado na página 18.
- MIETTINEN, A. et al. Increasing childlessness in Europe: time trends and country differences. p. 68, 2015. Citado na página 17.
- Ministério da Saúde. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher-PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança*. [S.l.]: Ministério da Saúde Brasília, 2009. Citado 12 vezes nas páginas 8, 9, 24, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 40.
- MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. A.; FARIA, T. C. d. A. B. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. 1–18, out. 2019. ISSN 1980-5519. Disponível em: <<https://rebeb.org.br/revista/article/view/1364>>. Citado na página 19.
- MOLLEN, D. Voluntarily Childfree Women: Experiences and Counseling Considerations. *Journal of Mental Health Counseling*, v. 28, n. 3, p. 269–284, 2006. ISSN 2163-5749(Electronic),1040-2861(Print). Citado na página 20.
- MORGAN, S. P.; TAYLOR, M. G. Low Fertility at the Turn of the Twenty-First Century. *Annual Review of Sociology*, v. 32, n. 1, p. 375–399, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.soc.31.041304.122220>>. Citado na página 18.
- MURPHY, M.; WANG, D. Family-level continuities in childbearing in low-fertility societies. *European Journal of Population/Revue européenne de Démographie*, v. 17, n. 1, p. 75–96, 2001. Publisher: Springer. Citado na página 18.
- PARK, K. STIGMA MANAGEMENT AMONG THE VOLUNTARILY CHILDLESS. *Sociological Perspectives*, v. 45, n. 1, p. 21–45, 2002. ISSN 0731-1214. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.1525/sop.2002.45.1.21>>. Citado 2 vezes nas páginas 16 e 20.

- PUUR, A. et al. Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. *DemRes*, v. 19, p. 1883–1912, nov. 2008. ISSN 1435-9871. Disponível em: <<http://www.demographic-research.org/volumes/vol19/56/>>. Citado na página 23.
- RIOS, M. G.; GOMES, I. C. Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. *Psicologia em Estudo*, v. 14, n. 2, p. 311–319, jun. 2009. ISSN 1413-7372. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-73722009000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Citado na página 16.
- RITCHEY, P. N.; STOKES, C. S. Correlates of Childlessness and Expectations to Remain Childless: U.S. 1967. *Social Forces*, v. 52, n. 3, p. 349–356, 1974. ISSN 0037-7732. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2576890>>. Citado na página 13.
- ROVI, S. L. Taking 'no' for an answer: Using negative reproductive intentions to study the childless/childfree. *Population research and policy review*, Springer, v. 13, n. 4, p. 343–365, 1994. Citado na página 25.
- ROWLAND, D. Historical Trends in Childlessness. *Journal of Family Issues - J FAM ISS*, v. 28, p. 1311–1337, out. 2007. Citado na página 19.
- SCAVONE, L. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. Editora UNESP, 2004. ISBN 978-85-7139-548-0. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/m96dh>>. Citado na página 22.
- SHAW, R. L. Women's experiential journey toward voluntary childlessness: An interpretative phenomenological analysis. *Journal of community & applied social psychology*, v. 21, n. 2, p. 151–163, 2011. Publisher: Wiley Online Library. Citado na página 20.
- SILVA, I. M. d.; FRIZZO, G. B. Ter ou não ter? : uma revisão da literatura sobre casais sem filhos por opção. 2014. ISSN 1679-494X. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159713>>. Citado na página 21.
- SIMÃO, A. B.; COUTINHO, R. Z.; GUEDES, G. R. Desejo por filhos entre mulheres de alta escolaridade: conflitos, mudanças e permanências. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 37, p. 1–23, set. 2020. ISSN 1980-5519. Disponível em: <<https://rebep.org.br/revista/article/view/1440>>. Citado na página 16.
- SOBOTKA, T. Ten Years of Rapid Fertility Changes in the European Post-communist Countries. *Population Research Centre Working Paper Series*, v. 1, 2002. Publisher: Citeseer. Citado 2 vezes nas páginas 18 e 19.
- SOMERS, M. D. A Comparison of Voluntarily Childfree Adults and Parents. *Journal of Marriage and Family*, v. 55, n. 3, p. 643–650, 1993. ISSN 0022-2445. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/353345>>. Citado na página 20.
- TANTURRI, M. L.; MENCARINI, L. Childless or Childfree? Paths to Voluntary Childlessness in Italy. *Population and Development Review*, v. 34, n. 1, p. 51–77, 2008. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/bla/popdev/v34y2008i1p51-77.html>>. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 19.

VEEVERS, J. E. Voluntary Childlessness: A Neglected Area of Family Study. *The Family Coordinator*, v. 22, n. 2, p. 199–205, 1973. ISSN 0014-7214. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/582108>>. Citado 2 vezes nas páginas 13 e 16.